

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 13 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a gratificação por exercício cumulativo de função no âmbito do CIOP.

A Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em reunião do dia **13 de abril de 2018**, e eu, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta resolução regulamenta o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de função aos servidores do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP.

Art. 2º A gratificação por exercício cumulativo de função no âmbito do Consórcio é devida em virtude da acumulação de funções, gerando ao servidor encargos superiores ao previsto nas suas atribuições.

Art. 3º Para os fins desta regulamentação entende-se por:

I – servidor: todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho profissional com o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista, integrado por meio de cargo, cargo em comissão ou emprego público;

II - acumulação de função: o exercício simultâneo de função, nos termos deste regulamento;

III - substituição de servidor: a atuação temporária de um servidor;

Art. 4º É devida a gratificação por acumulação de função ao servidor que exercer função por período superior a três dias úteis.

Parágrafo único. A substituição que importar acumulação poderá ocorrer entre servidores de diferentes setores do CIOP.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Art. 5º A designação para o exercício cumulativo de função observará os seguintes critérios:

I - impessoalidade;

II - antiguidade na carreira;

III - preferência de substituição de servidores lotados nos mesmos setores daquele servidor que será substituído;

IV - interesse público.

§ 1º A designação para o exercício cumulativo de função dependerá de ato específico do Presidente do Consórcio, por meio de portaria.

§ 2º. O servidor só acumulará mais de uma função se todos os demais servidores que apresentem compatibilidade com a função acumulada já estiverem em igual situação de acúmulo.

§ 3º. Quando não for possível ou conveniente à continuidade do serviço a designação para o exercício cumulativo de função de servidor lotado no próprio setor, poderá ser designado servidor lotado em setor distinto.

Art. 6º É devida a gratificação por acumulação de função sempre que o servidor acumular funções distintas daquelas a ele vinculadas.

Parágrafo único. Não será devida a gratificação por acúmulo de função aos servidores designados a comporem comissão de sindicância, processo administrativo disciplinar ou comissão permanente ou especial de que trata a Lei nº 8.666/1993.

Art. 7º. O valor da gratificação corresponderá a 40% (quarenta por cento) do subsídio do servidor substituído para cada 30 dias de exercício de designação cumulativa e será paga pro rata tempore, computado todo o período de substituição em acumulação.

§ 1º Para efeitos do pagamento da gratificação, a apuração do período superior a três dias úteis, ainda que ocorra de forma descontínua, será considerada dentro do mês do calendário.

§ 2º A apuração dos períodos, para efeito de pagamento da gratificação de exercício cumulativo de função, dar-se-á dentro de cada mês calendário.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

§ 3º A gratificação por exercício cumulativo de função tem natureza salarial.

§ 4º A gratificação por exercício cumulativo de função não será computada para o cálculo da remuneração de férias.

§ 5º A gratificação por exercício cumulativo de função será computada proporcionalmente para o cálculo da gratificação natalina.

§ 6º A gratificação por exercício cumulativo de função integra a base de cálculo do imposto de renda.

Art. 8º. O pagamento da gratificação será realizado no mês subsequente ao da acumulação.

Art. 9º. À Administração, através de seu setor de recursos humanos, caberá manter a documentação referente às designações para o exercício cumulativo de função e aos pagamentos correspondentes, para fins de prestação de contas e exame pelas unidades de controle.

Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogado as disposições contrárias.

Presidente Prudente/SP, 13 de abril de 2018.

AILTON CESAR HERLING
PRESIDENTE – CIOP